

Agricultura familiar, trabalho feminino e ação coletiva

Rosineide de L. M. Cordeiro
Departamento de Serviço Social da UFPE
Integrante dos Programas de Pós-Graduação
em Psicologia e Serviço Social - UFPE
rocordeiro@uol.com.br

Resumo

Este trabalho objetiva compreender, a partir do referencial das práticas discursivas e produção de sentidos, os usos da noção *trabalho feminino na agricultura familiar* pelo movimento de mulheres trabalhadoras rurais, tomando como referência para análise documentos de domínio público, especialmente as pautas de reivindicações da Marcha das Margaridas e os relatórios dos encontros do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central.

1 O debate sobre agricultura familiar

O debate sobre agricultura familiar no Brasil aparece com mais força política no final da década de 1990. Este debate é heterogêneo, envolve diversos atores sociais e é atravessado por densas disputas políticas. Para Sergio Schneider (2003), embora tardiamente se comparado com outros países da Europa, o tema da agricultura familiar alcança legitimidade social, política e acadêmica no cenário brasileiro, e isto se deve a três elementos.

O primeiro diz respeito ao campo político. Em face dos desafios da questão agrária e agrícola, em meados dos anos 1990, o movimento sindical rural passa a defender a idéia de um projeto de agricultura familiar e sustentável.¹ O termo é adotado pelo sindicalismo rural e politicamente se revela, na compreensão de Schneider, como uma nova categoria síntese capaz de articular um conjunto de segmentos – como assentados, arrendatários, parceiros integrados à agroindústria – que já não mais se identificam como pequenos produtores ou trabalhadores rurais.

O segundo fator que Schneider assinala refere-se à implementação por parte do Estado de políticas públicas de apoio à agricultura familiar. Ele cita como exemplo a criação, em 1996, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que nasce

¹ Ver <www.contag.org.br>. No 6º congresso da Confederação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura (CONTAG) é abandonada a expressão pequena produção e adotado o termo agricultura familiar. Para a CONTAG, isso representou uma abertura de novos horizontes de atuação política para todo o Movimento

como uma resposta do Estado às pressões dos movimentos sociais no campo. Nas palavras do autor, o movimento sindical rural passa a exigir do Estado compromisso com uma categoria considerada *específica* e que precisa de políticas *diferenciadas*. Schneider avalia que o Estado ao assumir essas políticas termina por emprestar legitimidade à agricultura familiar.

O terceiro e último elemento está relacionado com a reorientação do debate acadêmico sobre o rural brasileiro. Na segunda metade da década de 1990 há uma retomada dos estudos rurais no Brasil, sob novas perspectivas. As discussões sobre ruralidade dão um novo vigor ao debate; especialmente, os autores tecem duras críticas à confusão entre o espaço rural e o setor agropecuário, como se os setores secundário e terciário fossem exclusivos do espaço urbano. Há uma ampliação e complexificação do rural que vai além da simples dicotomia rural e urbano ou do primeiro como sinônimo de agricultura.

A visibilidade do debate sobre a agricultura familiar traz à tona um denso campo de disputa política sobre desenvolvimento, justiça social e modelos de agricultura. De forma aparentemente simples, sem a pretensão de aprofundar as combinações, nuances e especificidades regionais de diferentes modalidades de produção, é possível identificar duas vertentes: uma que defende um modelo de agricultura patronal voltado para a exportação; outra constituída por forças sociais que advogam o papel da agricultura familiar para a segurança alimentar, a geração de emprego e renda, o desenvolvimento local e a sustentabilidade ambiental.

Na arena política há uma certa hegemonia do modelo patronal e agroexportador, visto como aquele que é produtivo e responsável por parte da riqueza gerada no país. Diante desta hegemonia pesquisadores, ativistas de movimentos sociais rurais e setores do governo vêm elaborando análises que refutam os discursos que caracterizam a agricultura familiar como improdutiva, pequena e pouco importante do ponto de vista econômico e político.

Como ponto de partida, considero que a agricultura familiar é um sistema cuja produção e consumo são voltados para diferentes estratégias de reprodução dos grupos familiares e onde as relações de trabalho são organizadas a partir dos seus diferentes membros. Prioritariamente utiliza a mão-de-obra da família e a contratação de trabalho assalariado ocorre de forma esporádica e ocasional. Entretanto, na minha compreensão, a análise sobre a agricultura familiar não pode ser feita desconsiderando que essa forma de produção é organizada em torno de pelo menos dois eixos estruturantes: gênero e geração. Homens e mulheres, de acordo com a idade e o ciclo de vida familiar, ocupam posições diferenciadas na produção dos grupos

domésticos. Estas posições, longe de serem baseadas na complementaridade e simetria, são pautadas por relações de poder, hierarquias, conflitos e contradições.

2 Trabalho feminino e ação coletiva

No Brasil, as reflexões sobre o trabalho feminino em contextos rurais alcançaram uma maior visibilidade a partir da década de 1980. Podemos citar três vertentes que contribuíram para o delineamento dessa área, ora se entrecruzando, ora correndo paralelas: a produção das pesquisadoras feministas sobre o trabalho feminino e, particularmente, sobre o trabalho das mulheres na área rural; os discursos das mulheres trabalhadoras rurais organizadas em grupos e movimentos; os estudos etnográficos sobre campesinato, ribeirinhos(as), populações indígenas, comunidades de coletores(as) e pescadores(as), etc.

De capital importância política para o debate sobre o trabalho feminino na agricultura familiar foram as reivindicações e mobilizações das trabalhadoras rurais em diversos locais do país. As lutas que alcançaram mais visibilidade ocorreram pelo reconhecimento do trabalho da mulher na agricultura familiar e nos sistemas de agrofloresta, pelo acesso à Previdência Social e pela participação das mulheres na estrutura sindical, seja como associadas a sindicatos ou ainda como diretoras de sindicatos e federações.

Em vários grupos e movimentos, ao longo dos anos, a reflexão sobre o trabalho feminino foi acompanhada da criação, como diria Haraway (1995), de uma *tecnologia semiótica-material*. Levantamentos das atividades desenvolvidas pelas mulheres transformaram-se em um dos instrumentos utilizados no lento e laborioso processo de reflexão sobre a vida e o trabalho em casa e no roçado. Nas reuniões e encontros eram comuns as tentativas de visualização das atividades que as mulheres desenvolviam, por meio de fichas e quadros nos quais eram descritas minuciosamente todas as tarefas executadas por elas na casa, no roçado e nos terreiros. Alguns desses quadros e listas são ilustrados, inclusive, com análises comparativas acerca do trabalho feminino e do masculino. Além disso, elas passaram a inserir nas análises as variáveis de espaço e tempo. Também produziram um conjunto de material explicativo que era utilizado nas reuniões e encontros.

O que as mulheres rurais procuravam demarcar é que, na labuta diária nos sítios, elas conjugam, de forma intrincada, os serviços domésticos, os cuidados com a família e o trabalho agrícola. Ao combinar diferentes modalidades de trabalho, elas formam um mosaico complexo, tornando difícil identificar onde começa ou termina uma atividade. Elas assinalam

que, diferentemente dos homens, que se dedicam inteiramente ao trabalho agrícola, as mulheres se desdobram entre os roçados, os terreiros e a casa para conciliar as diferentes demandas do grupo familiar. No que se refere aos serviços domésticos, cabe às mulheres o cuidado com as crianças, a preparação de alimentos, a lavagem de roupa e a limpeza da casa e do terreiro. Além disso, no Sertão é de responsabilidade das mulheres e das crianças a coleta de lenha e de água para todo o grupo familiar. Elas se deslocam grandes distâncias uma ou duas vezes por dia para buscar água e lenha.

Há uma outra especificidade do trabalho feminino desenvolvido na agricultura familiar: além dos roçados, a casa e os terreiros funcionam para as mulheres como espaços de suas atividades produtivas. São nesses espaços que elas realizam o processamento dos alimentos (feitura de queijos, manteiga e doces, por exemplo) e a manufatura de diversos produtos (vassouras, redes, esteiras, cerâmica e utensílios domésticos), além dos cuidados com os pequenos animais (galinhas, patos, porcos e cabras), com o pomar e a horta.

As mulheres elaboraram várias estratégias que permitiram a circulação, em diferentes espaços e processos sociais, de uma idéia fluida e pouco demarcada sobre o trabalho feminino na área rural e, particularmente, na agricultura familiar. Isso lhes permitiu construir complexas teias e redes de movimentos que incluem, além das pessoas do lugar, feministas, militantes sindicais, participantes de ONGs, estudiosas e as trabalhadoras rurais nos planos regional, nacional e internacional. Também exigiram mudanças na legislação e nas políticas públicas de modo que contemplassem as suas demandas.

3 Considerações finais

Apesar das lutas das mulheres pelo reconhecimento do trabalho feminino na agricultura familiar, elas ainda enfrentam barreiras de diferentes ordens para o fortalecimento das suas atividades produtivas: há uma forte divisão sexual do trabalho na agricultura familiar, completamente adversa às mulheres; as ordens locais de gênero obstaculizam a participação em programas de fortalecimento da agricultura familiar; o acesso e o controle da propriedade da terra permanecem nas mãos dos homens; as mulheres se deparam com dificuldade de acesso a tecnologia, créditos, capacitação e comercialização.

Eixo: Gênero, sexualidade, etnia e geração

1 Introdução

Este texto tem como objetivo compreender a noção de trabalho feminino na agricultura familiar presente nas pautas de negociação da *Marcha das Margaridas*, manifestação pública que reúne, em Brasília, trabalhadoras rurais de todas as regiões do país e se constitui também num espaço de negociação das mulheres com o governo federal. A primeira edição (2000) contou com a participação de vinte mil mulheres e a segunda (2003) com cinquenta mil, em Brasília.

Inicialmente, apresento o debate sobre a agricultura familiar e o conceito de divisão sexual do trabalho. Em seguida, abordo o trabalho feminino na agricultura familiar e as lutas das trabalhadoras rurais. Na última parte, analiso as pautas de negociação das duas edições da *Marcha*. Para esta análise, realizei a leitura das duas pautas, selecionando as reivindicações que diziam respeito especificamente às demandas das mulheres e identificando aquelas referentes ao trabalho feminino. Estas reivindicações foram agrupadas em seis temas – terra, produção, crédito, comercialização, emprego e renda, saúde ocupacional e previdência –, sendo aqui focalizados apenas os quatro primeiros.

2 Agricultura familiar e a divisão sexual do trabalho

O debate sobre agricultura familiar no Brasil apareceu com mais força política no final da década de 1990.² Este debate é heterogêneo, envolve diversos atores sociais e é atravessado por densas disputas políticas. Para Sergio Schneider (2003), embora tardiamente se comparado com outros países da Europa, o tema da agricultura familiar alcançou legitimidade social, política e acadêmica no cenário brasileiro.

Na arena política há uma certa hegemonia do modelo patronal e agroexportador, visto como aquele que é produtivo e responsável por parte da riqueza gerada no país. Diante desta hegemonia pesquisadores, ativistas de movimentos sociais rurais e setores do governo vêm elaborando análises que refutam os discursos que caracterizam a agricultura familiar como improdutivo, pequena e pouco importante do ponto de vista econômico e político. Há uma defesa do papel da agricultura familiar para a segurança alimentar, a geração de emprego e renda, o desenvolvimento local e a sustentabilidade ambiental.

Um outro campo de dissenso diz respeito à própria definição do que vem a ser agricultura familiar. O que alguns autores compartilham é que a agricultura familiar não pode ser definida

² Nazaré Wanderley (1996) faz uma discussão muito rica sobre agricultura familiar e campesinato. Para a autora, a agricultura familiar não é uma categoria social recente e nem um conceito novo na sociologia rural. Entretanto, o significado e abrangência dos seus usos recentes assumem ares de novidade e renovação.

a partir de “um limite máximo de área ou sobre um valor da produção da unidade familiar, mas a partir de suas relações de produção” (GUILHOTO et al., 2005, p. 4).

Para Nazaré Wanderley (1996), a agricultura familiar é um conceito genérico que incorpora diversas situações e especificidades. A característica básica deste tipo de organização produtiva é que a família é proprietária dos meios de produção e também assume o trabalho. A associação entre família, produção e trabalho tem, nas palavras da autora, consequências importantes para a forma como ela age econômica e socialmente.

Como ponto de partida, considero que a agricultura familiar é um sistema cuja produção e consumo são voltados para diferentes estratégias de reprodução dos grupos familiares e onde as relações de trabalho são organizadas a partir dos seus diferentes membros. Prioritariamente utiliza a mão-de-obra da família e a contratação de trabalho assalariado ocorre de forma esporádica e ocasional.

Ao participar do debate sobre agricultura e gênero tenho a clareza de que faço parte de um grupo de pesquisadoras e ativistas que, ao mesmo tempo em que se alinha aos atores que defendem a agricultura familiar e sua importância econômica, política, cultural e social, tece também duras críticas à idéia de família rural como uma unidade harmônica e coesa.

Um dos conceitos importantes que as feministas defendem para entender a organização do trabalho na agricultura familiar é o da divisão sexual do trabalho. Ao definir o conceito Daniele Kergoat (2002, p. 4) diz que é a “designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva, assim como, ao mesmo tempo, a captação pelos homens das funções com forte valor social agregado”. Segundo ela, a divisão sexual do trabalho é organizada a partir de dois princípios: o da separação – há uma divisão clara do que é trabalho de homem e trabalho de mulher; e o da hierarquia – o trabalho do homem tem mais valor do que o trabalho da mulher. Entretanto, a autora destaca que as modalidades concretas da divisão sexual do trabalho variam no tempo e no espaço.

Na agricultura familiar, associada à divisão sexual há também uma divisão etária. Homens e mulheres, de acordo com a idade e o ciclo de vida familiar, ocupam posições diferenciadas na produção dos grupos domésticos. Estas posições, longe de serem baseadas na complementaridade e simetria, são pautadas por relações de poder, hierarquias, conflitos. O que as pesquisadoras feministas assinalam é que a divisão sexual do trabalho na agricultura familiar é fortemente adversa às mulheres. É grande a presença feminina na agricultura, entretanto, há um enorme contingente de mulheres que não recebe nenhum rendimento pelo

seu trabalho. Pesquisas indicam que cerca de 60% das mulheres que se declararam ocupadas no setor rural concentravam-se nas categorias de trabalho na produção para o próprio consumo e trabalho não remunerado.³

Essa situação é um indicador do lugar que o trabalho feminino ocupa na agricultura familiar. As mulheres trabalham mas não recebem rendimento monetário, e têm pouco acesso à terra, tecnologia, crédito e assistência técnica. Além disso, o trabalho que elas realizam é pouco valorizado socialmente. Ainda predomina a visão de que os homens são quem de fato trabalha; as mulheres apenas *ajudam*. Por muito anos, as mulheres não possuíam sequer documentos civis e trabalhistas; e quando possuíam, eram enquadradas neles como *doméstica e do lar*.

3 Trabalho feminino na agricultura familiar e a ação coletiva

No Brasil, as reflexões sobre o trabalho feminino em contextos rurais alcançaram uma maior visibilidade a partir da década de 1980. Podemos citar três vertentes que contribuíram para o delineamento dessa área, ora se entrecruzando, ora correndo paralelas: a produção das pesquisadoras feministas sobre o trabalho feminino e, particularmente, sobre o trabalho das mulheres na área rural; os discursos das mulheres trabalhadoras rurais organizadas em grupos e movimentos; os estudos etnográficos sobre campesinato, ribeirinhos(as), populações indígenas, comunidades de coletores(as) e pescadores(as), etc.

De capital importância política para o debate sobre o trabalho feminino na agricultura familiar foram as reivindicações e mobilizações das trabalhadoras rurais em diversos locais do país. As lutas que alcançaram mais visibilidade ocorreram pelo reconhecimento do trabalho da mulher na agricultura familiar e nos sistemas agroextrativistas, pelo acesso à Previdência Social e pela participação das mulheres no movimento sindical rural.

Em vários grupos e movimentos, ao longo dos anos, a reflexão sobre o trabalho feminino foi acompanhada da criação, como diria Haraway (1995), de uma *tecnologia semiótica-material*. Levantamentos das atividades desenvolvidas pelas mulheres transformaram-se em um dos instrumentos utilizados no lento e laborioso processo de reflexão sobre a vida e o trabalho em casa e no roçado. Nas reuniões e encontros eram comuns as tentativas de visualização das

³ Ver Relatório do Governo Brasileiro para o Comitê da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, abrangendo o período 2001-2005. No mesmo relatório, há dados de uma pesquisa do Instituto de Economia do Rio de Janeiro, a qual aponta que do total de pessoas sem acesso a renda monetária, em 2000, 80% eram mulheres trabalhadoras rurais

atividades que as mulheres desenvolviam, por meio de fichas e quadros nos quais eram descritas minuciosamente todas as tarefas que elas executavam na casa, no roçado e nos terreiros. Alguns desses quadros e listas são ilustrados, inclusive, com análises comparativas acerca do trabalho feminino e masculino. Além disso, elas passaram a inserir nas análises as variáveis de espaço e tempo..

O que as mulheres rurais procuravam demarcar é que, na labuta diária nos sítios, elas conjugam, de forma intrincada, os serviços domésticos, os cuidados com a família e o trabalho agrícola. Ao combinar diferentes modalidades de trabalho, elas formam um mosaico complexo, tornando difícil identificar onde começa ou termina uma atividade. Diferentemente dos homens, que se dedicam inteiramente ao trabalho agrícola, as mulheres se desdobram entre os roçados, os terreiros e a casa para conciliar as diferentes demandas do grupo familiar.

Há uma outra especificidade do trabalho feminino desenvolvido na agricultura familiar: além dos roçados, a casa e os terreiros funcionam para as mulheres como espaços de suas atividades produtivas, onde realizam o processamento dos alimentos (feitura de queijos, manteiga e doces, por exemplo) e a manufatura de diversos produtos (vassouras, redes, esteiras, cerâmica e utensílios domésticos), além dos cuidados com os pequenos animais (galinhas, patos, porcos e cabras), o pomar e a horta.

Numa análise mais minuciosa sobre o trabalho feminino na agricultura familiar no Nordeste, Carmen Silva, Maria Betânia Ávila e Verônica Ferreira (2005, p. 74) apontam que

a totalidade dos homens e 80% das mulheres realizam atividades de roça. Homens e mulheres afirmam realizar, praticamente na mesma proporção, as atividades de criação e beneficiamento, sendo as mulheres maioria no pomar, no artesanato e na horta; os homens no extrativismo. [...] Na roça, as mulheres estão, principalmente, na seleção de sementes, no plantio, na colheita e no armazenamento. [...] Os homens são considerados os principais executores de todas as etapas do trabalho na roça. Apenas na colheita, há uma participação mais igualitária por parte de todas as pessoas da família.

Entretanto, a participação produtiva das mulheres é pouco mencionada nos estudos sobre agricultura familiar. Como já falei anteriormente, dada uma rígida divisão sexual do trabalho pouco favorável às mulheres, há uma invisibilidade do seu potencial produtivo na agricultura familiar e uma subestimação de sua participação econômica.

4 A Marcha das Margaridas e as reivindicações das mulheres

A partir do ano 2000 as trabalhadoras rurais, sob a coordenação da Comissão Nacional de Trabalhadoras Rurais da CONTAG e com o apoio de várias organizações e da Marcha

Mundial de Mulheres, inauguraram em nível nacional uma nova forma de mobilização – a Marcha das Margaridas –, a qual trouxe uma novidade no cenário político brasileiro: as trabalhadoras rurais dialogam e negociam diretamente com o governo federal uma pauta de reivindicação em torno de várias questões. Além dos compromissos firmados nas audiências elas elaboram uma agenda de reuniões ministeriais para encaminhar os acordos realizados. A Marcha também fortalece a atuação das lideranças e das participantes dos movimentos de forma geral. É um momento de conagração, de estreitamento de laços, de troca de experiências e de aprendizado.

Há um longo processo de preparação que culmina com a realização da Marcha em Brasília. Durante meses, nos sítios, vilarejos, sedes de municípios, as mulheres discutem os temas, as reivindicações, elaboram proposições e participam das escolhas das representantes e da delegação. Também se empenham na arrecadação de recursos financeiros para a viagem, na confecção dos cartazes, panfletos, faixas e camisetas. Em muitos estados há também a promoção de eventos como encontros, seminários e reuniões. Em outros, a delegação realiza uma pequena edição da marcha em âmbito estadual ou municipal.

A primeira edição da Marcha das Margaridas ocorreu em agosto de 2000 e congregou vinte mil trabalhadoras rurais em Brasília. A pauta de negociação foi elaborada com nove itens: documentação para todas as mulheres; acesso das mulheres trabalhadoras às políticas públicas de reforma agrária; acesso da mulher às políticas agrícolas; participação das mulheres nas políticas de preservação do meio ambiente; melhoria das condições de trabalho e acesso da mulher aos programas de geração de emprego e renda e formação profissional; garantia e ampliação dos direitos trabalhistas e previdenciários; garantia e ampliação dos direitos sociais; combate a todas as formas de discriminação e violência sexista; garantia do acesso das trabalhadoras rurais aos meios de comunicação. Foram 82 reivindicações, entretanto, só 37 diziam respeito diretamente às mulheres. Destas, 48,6% eram relativas ao trabalho feminino.

Na segunda edição da Marcha, em 2003, cinquenta mil trabalhadoras ocuparam Brasília. A plataforma de luta foi organizada a partir de cinco temas: reforma agrária; meio ambiente; política nacional de salário mínimo; saúde pública com assistência integral à mulher; combate à violência sexista e toda forma de discriminação e violência no campo. Diferentemente da pauta de 2000, só há menção explícita às mulheres nos títulos dos dois últimos temas, tradicionalmente associados às lutas das mulheres. Parece que a ênfase foi para as chamadas

questões gerais que atingem a agricultura como um todo. Do total de 136 reivindicações, 65 foram específicas para as mulheres. Destas, 40% diziam respeito ao trabalho feminino.

A tabela a seguir faz uma síntese das reivindicações referentes ao trabalho feminino presentes nas pautas das duas marchas.

Tabela 1 - Reivindicações sobre o trabalho feminino na I e II Marcha das Margaridas

Temas	Número de reivindicações	
	I Marcha (2000)	II Marcha (2003)
Acesso à terra	03	09
Produção	03	06
Crédito	01	02
Comercialização	01	02
Emprego e renda	03	–
Saúde ocupacional	02	04
Previdência	05	03
Total	18	26

As reivindicações sobre o acesso à terra visam garantir às mulheres o direito à propriedade independentemente do estado civil. Desta forma, elas exigem que: conste obrigatoriamente o nome da mulher e do homem nos cadastramentos, contratos e titulações definitivas ou de concessão de uso da terra, no caso de união conjugal; as mulheres chefes de famílias sejam priorizadas no Programa de Reforma Agrária; seja garantida a permanência das mulheres separadas na parcela ou assentamento. Há uma série de demandas no sentido de que o governo efetue a revisão de cadastros, contratos e títulos emitidos anteriormente em nome exclusivo dos homens, para que seja feita a retificação para a titulação conjunta e as mulheres sejam enquadradas como trabalhadoras e não como *domésticas* ou *do lar*. Além disso, há pressões para a capacitação dos(as) funcionários(as) do INCRA e a readequação do Sistema de Informações nos Processos de Reforma Agrária (SIPRA), para incluir informações sobre o acesso das mulheres à terra de acordo com o estado civil. Por último, há demandas pela criação e demarcação das reservas extrativistas, assegurando o acesso das mulheres à terra e aos recursos naturais.

No que se refere à produção propriamente dita, há demandas para a implantação de programas de qualificação e valorização concernentes à qualidade da produção, gerenciamento, comercialização e crédito. Dentro deste mesmo tema, aparecem reivindicações para programas de capacitação com lideranças sindicais e técnicos sobre as relações de gênero,

desenvolvimento sustentável e gestão da propriedade, visando potencializar e valorizar o trabalho das mulheres nas áreas de assentamento e na agricultura familiar.

Há também pressões para que o governo realize pesquisas sobre as condições de vida e de trabalho das mulheres trabalhadoras rurais (quebradeiras de coco, assalariadas, agricultoras familiares, pescadoras, etc), bem como sobre o seu conhecimento no manejo, utilização e conservação dos recursos naturais. As mulheres também reconhecem a necessidade de sistematizar e adaptar tecnologias de produção e comercialização agroextrativistas e pesqueiras para as atividades tradicionalmente realizadas pelo segmento feminino e suas famílias. Por último, há demandas para a criação de infra-estrutura produtiva, priorizando aquelas específicas solicitadas pelas mulheres, e para implementação de uma Secretaria Especial de Produção Artesanal no Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA).

As reivindicações relativas a crédito se referem à ampliação do Programa de Crédito Fundiário para todo o país, enquanto política pública, e a desburocratização e garantia do acesso das mulheres e jovens ao PRONAF e aos Fundos Constitucionais para atividades agrícolas e não agrícolas, assegurando carência e prazos de pagamento diferenciados para as mulheres trabalhadoras.

As demandas por apoio à comercialização da produção das mulheres foram agrupadas em três tópicos: promoção de feiras permanentes nos estados; criação de Central de Comercialização dos produtos e serviços das mulheres, nos estados, com a efetiva participação dos movimentos de mulheres, integrada aos programas de formação e crédito; criação de uma rede de informação de preços e de mercados visando promover a comercialização dos produtos agropecuários, agroindustriais e de outras atividades não agrícolas.

5 Considerações finais

Como vimos, desde o início da década de 1980 as mulheres lutam pelo reconhecimento do seu trabalho no regime de produção familiar, seja na agricultura ou nos sistemas agroextrativistas. Apesar de um amplo movimento de mulheres e das conquistas em termos de políticas públicas, a literatura sobre o trabalho feminino pouco aponta experiências exitosas que aliam a valorização do potencial produtivo das mulheres à ação política. As iniciativas, governamentais ou não, ainda são muito tímidas e não conseguem articular simultaneamente o acesso à terra, água, crédito, tecnologia, assistência técnica e comercialização em projetos de médio e longo prazos.

A análise das pautas de negociação da 1ª e 2ª edições da Marcha das Margaridas revela que o índice de reivindicações referentes ao trabalho das mulheres situou-se em torno de 20%. Considero este percentual ainda muito pequeno. Como fruto das marchas, as mulheres conseguiram que o governo federal implementasse políticas e programas de acesso à terra e ao crédito. Porém, estas conquistas só terão impacto na vida das mulheres se forem conjugadas a programas de melhoria da qualidade da produção, tecnologias adequadas aos diferentes ecossistemas brasileiros e assistência técnica continuada e com enfoque de gênero. Além disso, o acesso das mulheres a programas de comercialização dos produtos é fundamental.

Por fim, é importante salientar que embora as pautas de negociação das Marchas das Margaridas apresentem uma tendência generalista, é notório o esforço para contemplar a diversidade dos contextos rurais brasileiros. Há a preocupação de incluir as interseções de gênero, raça, etnia e idade na configuração das relações sociais na área rural. Apesar de pouco problematizado, existe o registro de que a produção das mulheres contempla atividades agrícolas e não agrícolas, como o artesanato e o turismo rural. Por último, no conjunto das reivindicações há referências de que o mundo rural brasileiro é composto por diferentes setores da população, entre eles, agricultores familiares, populações ribeirinhas, extrativistas (onde estão as mulheres seringueiras, quebradeiras de coco babaçu e de dendê), remanescentes de quilombos e indígenas.

Referências bibliográficas

BRASIL. VI Relatório nacional brasileiro à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW). Brasília, março de 2005.

GUILHOTO, Joaquim; SILVEIRA, Fernando; AZZONI, Carlos; ICHIHARA, Silvio (Orgs.). *Agricultura familiar na economia: Brasil e Rio Grande do Sul*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005. (Estudos NEAD, 9). Disponível em: <www.nead.org.br>. Acesso em jan. 2005.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos PAGU*, Campinas, UNICAMP, n. 5, p. 07-41, 1995.

PACHECO, Maria Emilia Lisboa. Sistema de produção: uma perspectiva de gênero. In: *Programa Integrado de Capacitação em Gênero: desenvolvimento, democracia e políticas públicas*. S.l.: ABONG, s.d. Segundo caderno: debates.

KERGOAT, D. A relação social de sexo: da reprodução das relações sociais à sua subversão. *Pro-Posições*, Campinas, UNICAMP, v.13, n. 1(37), jan./abr., 2002.

SILVA, Carmem; ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica (Orgs.). *Nosso trabalho tem valor: mulher e agricultura familiar*. Recife: SOS CORPO; Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste, agosto de 2005.

SCHNEIDER, Sergio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividades. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 18, n. 51, p. 92-99, 2003.

WANDERLEY, Nazaré. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPOCS, 20., Caxambu, 1996. GT Processos Sociais Agrários.